

OUTRAS PALAVRAS... sobre as formas de dizer e as formas de silenciar (as transgressões no Paraná-Norte)

Coordenadora:

Profa. Dra. Ana Cleide Chiarotti Cesário
Depto. Ciências Sociais

Autoras:

Profa. Dra. Ana Maria Chiarotti de Almeida
(Depto. Ciências Sociais/UDEL)

Profa. Dra. Enezila de Lima
(Depto. História/UDEL)

Profa. Deise Maia
(Depto. Ciências Sociais/UDEL)

Profa. Patrícia de Castro Santos
(Depto. Letras Vernáculas e Clássicas/UDEL)

Colaboradora:

Profa. Sonia Maria Sperandio Lopes Adum
(Depto. História/UDEL)

Assessora:

Profa. Dra. Maria Helena Oliva Augusto
(Depto. Sociologia/USP)

Outras Palavras

(Caetano Veloso)

*Nada dessa cica de palavra triste em mim na boca
Travo trava mãe e papai alma buena dicha louca
Neca desse sono de nunca jamais nem never more
Sim dizer que sim prá Cilu, prá Dedé, prá Dadi e Dó
Crista do desejo o destino deslinda-se em beleza:
Outras palavras*

*Tudo seu azul tudo céu tudo azul e furtacor
Tudo meu amor tudo mel tudo amor e ouro e sol
Na televisão na palavra no átimo no chão
Quero essa mulher solamente prá mim mas muito mais
Rima prá quem faz tanto mas tudo dor amor e gozo:
Outras palavras*

*Nem vem que não tem vem que tem coração tamanho trem
Como na palavra palavra a palavra estou em mim
E fora de mim quando você parece que não dá
Você diz que diz em silêncio o que eu não desejo ouvir
Tem me feito muito feliz mas agora minha filha:
Outras palavras*

*Quase João Gil Ben muito bem mas barroco como eu
Cérebro máquina palavras sentidos corações
Hiperestesias Buarque voilá tu sais de cor
Tinjo-me romântico mas sou vadio computador
Só que sofri tanto que grita porém daqui prá frente:
Outras palavras*

*Parafins gatins alphasexonhei la guerrapaz
Ouraxé palávoras driz okê cris expacial
Projeitinho imanso ciuimortevida vidavid
Lambetelheiro fruturo orgasmaravalha-me Logun
Homenina paraís de felicidadania:
Outras palavras.*

APRESENTAÇÃO

“... Se, de um lado, os fatos reclamam sentidos e, por outro, homem está condenado a significar, é esta relação entre as duas necessidades, a dos fatos e a do homem, em relação ao significar, que constitui o cerne do gesto da interpretação, e sua eficácia ideológica.” (Orlandi, 1996).

Assim, se de um lado estão os que reclamam sentidos e, de outro, aqueles fadados à significação, o trabalho do analista não pode ser outro senão o cumprimento de sua condenação — o gesto de interpretação.

O Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH) da Universidade Estadual de Londrina possui hoje, em seu acervo, uma série de fontes documentais, algumas das quais já inventariadas e disponibilizadas. Dentre estas, encontram-se: uma Coleção do Jornal “Paraná-Norte” (1934/53 — 983 exemplares de um total, presumível, de 1154) e os Autos do Fórum da Comarca de Londrina (1934/70 — com cerca de 8000 autos criminais). Tais fontes representam, para nós analistas, os fatos que reclamam sentidos.

Estes acervos, em diálogo, constituirão texto conforme propõem Fiala e Ridoux (1973 apud Orlandi, 1996) “o texto — diríamos, o discurso — não é um conjunto de enunciados portadores de uma e até mesmo várias significações. É antes um processo que se desenvolve de múltiplas formas, em determinadas situações sociais.” Assim, quando falarmos em texto estaremos falando não em história, mas em historicidade (modo pelo qual um texto produz sentidos, necessidade do sentido no universo simbólico). O texto é, então, textualidade; textualidade que é história, que faz sentido.

Este lugar de encontro da ordem da língua e da história — o texto — é também o nosso lugar, é lugar no qual se trabalha com a noção de “fato” (deslocamento da noção de “dado”).

Tratar os fatos de linguagem é considerá-los em sua historicidade, na medida mesma em que representam um lugar de entrada na memória da linguagem, em seu funcionamento. Assim, ter o texto como fato é observar como este, enquanto objeto simbólico, funciona.

É isto, então, o que nos faz questão. Como estas fontes constituídas em texto, funcionam? Contudo, não é nossa pretensão analisar o funcionamento discursivo dos Autos do Fórum da Comarca de Londrina (o que demandaria uma outra pesquisa que analisasse o funcionamento do discurso jurídico). Os Autos cumprirão, neste trabalho, o papel de ponto de partida — e de constante retorno — para a análise do Paraná-Norte.

O objetivo central de nosso trabalho é analisar como as transgressões ocorridas na comarca de Londrina (1934/53) foram noticiadas (ou silenciadas) pelo jornal Paraná-Norte. Compreender como os processos discursivos que se materializaram no Paraná-Norte homogeneizaram a memória de uma época.

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Onde estamos?

(breves considerações acerca da
Análise do Discurso)

É desejável, em qualquer trabalho de investigação, que seu objeto esteja, tanto quanto possível, bem delineado. O trabalho a ser desenvolvido por este grupo de pesquisa tem como principal objeto de investigação o jornal “Paraná-Norte” — editado em Londrina/PR entre 1934 e 1953. Contudo, ainda nos parece pouco dizer que é este o nosso objeto. O que na verdade nos interessa é o jornal enquanto texto, e mais, enquanto texto conforme definido pela análise do discurso. Assim, é necessário, então, dizer que texto é esse, que análise é esta.

De acordo com Maingueneau (1987) a *escola francesa de análise do discurso* (AD) filia-se:

“- a uma certa tradição intelectual europeia (e sobretudo na França) acostumada a unir reflexão sobre o texto e sua história. Nos anos 60, sob a égide do es-

truturalismo, a conjuntura intelectual francesa propiciou, em torno de uma reflexão sobre a ‘escritura’, uma articulação entre a lingüística, o marxismo e a psicanálise. A AD era preocupação não só de lingüistas como de historiadores e de alguns psicólogos; - e a uma certa prática escolar que é a da ‘explicação do texto’ muito em voga na França, do colégio à Universidade, nos idos anteriores a 1960.” (apud Brandão, 1995: 17)

Inicialmente definida como o estudo lingüístico das condições de produção de um enunciado, a AD apoia-se no quadro conceitual e metodológico da lingüística. Se, de um lado este apoio diferencia a AD de outras áreas das ciências humanas com as quais dialoga (História, Sociologia, Psicologia, etc.), por outro, não se mostra suficiente para delimitar sua especificidade no âmbito da lingüística. Assim, faz-se necessário considerar outras dimensões:

- o quadro das instituições em que o discurso é produzido, as quais delimitam fortemente a enunciação;
- os embates históricos, sociais, entre outros, que se cristalizam no discurso;
- o espaço próprio que cada discurso configura para si mesmo no interior do interdiscurso.

Desta forma, a linguagem ganha o estatuto de fenômeno que não deve ser entendido somente em relação a seu próprio sistema interno, mas também como uma formação ideológica que se manifesta através de uma competência sócio-ideológica.

É possível afirmar, deste ponto de vista, que a AD não se resume à compreensão de um produto, ela visa, na verdade, a compreensão do processo de produção da linguagem, apresentando um quadro epistemológico que articula três regiões do conhecimento científico:

- “- o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e suas transformações;
- a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação;
- a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.” (ORLANDI, 1996a: 19)

Podemos dizer, então, que:

“A AD produz um outro lugar de conhecimento com sua especificidade. Não é mera aplicação da lingüística sobre as ciências sociais ou vice-versa. A AD se forma no lugar em que a linguagem tem de ser referida necessariamente à sua exterioridade, para que se apreenda seu funcionamento, enquanto processo significativo. (...) a AD é uma espécie de ante disciplina, que vai colocar questões da lingüística no campo de sua constituição, interpelando-a pela historicidade que ela apaga do mesmo modo que coloca questões para as ciências sociais em seus fundamentos, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam. A AD trabalha no entremeio, fazendo uma ligação, mostrando que não há separação estanque

entre a linguagem e sua exterioridade. (...) Se a lingüística deixa para fora a exterioridade (que é objeto das ciências sociais) e as ciências sociais deixam para fora a linguagem (que é objeto da lingüística), a AD coloca em questionamento justamente essa relação excludente, transformando, por isso mesmo, a própria noção de linguagem (em sua autonomia absoluta) e a de exterioridade (histórico-empírica).” (ORLANDI, 1996b: 24, 25)

Toda ciência, ao menos toda lingüística possui um objeto, uma unidade de análise. A unidade de análise da AD é o texto, aqui entendido como unidade complexa de significação e consideradas as suas condições de produção. O texto é, para a AD, seu objeto de análise, enquanto o discurso constitui seu objeto teórico.

A noção de texto, em AD, implica não mais tomar o texto como soma de frases, algo fechado e acabado em si mesmo. Esta noção de texto pressupõe não mais operar com a noção de segmento e sim com a de recorte; pressupõe relacionar as partes com o todo procurando estabelecer, via recortes, as unidades discursivas.

Aqui não há unicamente o discreto, a relação com o *continuum* (todo discurso nasce em outro — sua matéria-prima — e aponta para outro — seu futuro discursivo) é imprescindível, assim como a relação com o heterogêneo, uma vez que o texto está diretamente ligado às condições de produção. O texto não possui uma única direção e, tampouco, cresce somente para frente; relaciona-se com o que não é ele, já que o espaço simbólico (os implícitos, os silêncios) é constitutivo do texto.

É importante ressaltar que a natureza do texto, assim como a da linguagem, é incompleta. Incompletude que se dá a ver na própria constituição do texto, já que seu sentido não reside em cada um dos interlocutores mas sim no espaço discursivo criado pelos (e nos) interlocutores e que a principal característica de qualquer discurso é a multiplicidade de sentidos possíveis. Desta forma, podemos afirmar que “a linguagem não é precisa, nem inteira, nem clara, nem distinta.” (Orlandi, 1996a: 22)

Resta-nos, ainda, tratar de um outro conceito bastante relevante para a AD — o conceito de funcionamento. Para qualquer das ciências que tratam do signo, este conceito é fundamental; em AD, o funcionamento somente pode ser concebido se referido à sua exterioridade.

“A possibilidade de análise em análise do discurso deriva da consideração do discurso como parte de um mecanismo em funcionamento, correspondendo a um certo lugar no interior de uma formação social. Tendo definido o funcionamento como a estruturação de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas, esse determinado não é um, mas o circunscrito à nossa experiência social, de nossa época e grupo social.” (Orlandi, 1996a: 23)

O conceito de funcionamento, quando pensado a partir das noções de produto e processo, tem como contraparti-

da a noção de tipo. Se o funcionamento é estruturante, o tipo (produto) é a cristalização de seus resultados, é a fixação de processos (funcionamento) discursivos definidos na relação de interlocução. O tipo permite a generalização de certas características, o agrupamento de certas propriedades, a distinção de classes. É um princípio organizador igual ao de categoria.

“Assim, a análise do discurso procura apreender a singularidade do uso da linguagem ao mesmo tempo que visa construir um quadro geral, isto é, procura inserir o uso particular em um domínio comum. A noção de tipo é que possibilita que não se excluam as determinações concretas que caracterizam um discurso sem, no entanto, nos perdermos nessa concreitude (empírica?), ficando ao sabor dos fatos, de tal forma que cada discurso fosse um discurso sem nada a ver com outros.” (Orlandi, 1996a: 23,24)

... olhando pelo buraco da fechadura...
(sobre o trabalho de reconstituição da memória)

Embora saibamos que o texto, do ponto de vista do discurso, não é uma unidade pronta e acabada; sabemos também que enquanto unidade de análise este pode ser considerado como unidade inteira “- pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer).” (Orlandi, 1996b: 54)

Embora saibamos, também, que em AD a relação entre exterioridade e discurso não passe por colocar a história como algo exterior, complementar ou em relação de causa e efeito com o sistema lingüístico; que não se parte da história para o texto, e sim do texto para sua materialidade histórica e que, portanto, a temporalidade é interna, é “uma relação com a exterioridade tal como ela se inscreve no próprio texto e não como algo lá fora, refletido nele.” (Orlandi, 1996b: 55); entendemos importante proceder a uma descrição e uma contextualização “sócio-histórica do jornal *Paraná-Norte* (nossa unidade de análise), bem como a uma descrição, ainda que breve, dos Autos do Fórum da Comarca de Londrina (ponto de referência e âncora para nossos movimentos de interpretação, de análise).

Entendemos que a descrição e a contextualização do jornal *Paraná-Norte* deve estar inserida num quadro mais amplo. Assim, tendo como base o clássico trabalho de Werneck Sodré (1966), caracterizaremos a imprensa no Brasil durante o período que vai da passagem do século à década de 50 (período que abrange a existência do Jornal).

No Brasil, a passagem do séc. XIX para o séc. XX é caracterizada pela transição da pequena à grande imprensa. “Os pequenos jornais de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função.” (Werneck Sodré, 1966: 315) O jornal enquanto empreendimento individual e isolado gradativamente perde espaço nos grandes centros urbanos, ce-

dendo lugar ao jornal enquanto empresa capitalista. Assim, os pasquins e periódicos só sobrevivem nas cidades do interior do país.

Este processo decorre da ascensão da burguesia nacional e o avanço do capitalismo no Brasil. No início do século as forças dominantes da imprensa eram o Estado e o capital comercial, as quais refletiam as contradições do período histórico, ou seja, a existência de uma burguesia comercial ascendente em uma sociedade ainda com traços de uma estrutura de poder oligárquico e tradicional. Em virtude desta fragilidade política se torna "(...) *mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e é ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal.*" (Werneck Sodré, 1966: 315)

O contraste entre poder econômico e poder político, no Brasil, compõe um quadro no qual pode-se perceber de um lado a existência de jornais que se subordinam ao poder e de outro, jornais de oposição cujo diálogo se concentra no fato político, explorando, muitas vezes, atos, pensamentos e decisões de indivíduos, assumindo um caráter pessoal e virulento.

"Tudo se personaliza e se individualiza. Daí a virulência da linguagem da imprensa política, ou o seu servilismo, como antípoda. (...) trata-se de destruir a pessoa, o indivíduo." (Werneck Sodré, 1966: 317)

Na realidade, a imprensa no país, especialmente dos grandes jornais que se estruturavam no Rio de Janeiro e São Paulo no início do século (Jornal do Brasil, Jornal do Comércio, Gazeta de Notícias, Correio da Manhã, A Gazeta, entre outros) retratava a complexidade da estrutura social brasileira em mudança, i.é., a emergência progressiva da burguesia, a resistência do poder oligárquico, as forças estudantis, os movimentos operários e a fusão entre literatura e imprensa orientando os debates nos jornais e revistas da época. Era comum escritores, como José Veríssimo, Lima Barreto, Martins Fontes, Goulart de Andrade, entre outros, assumirem o papel de críticos políticos e dos costumes da época, bem como a autoria de importantes contos e obras literárias publicados pelos jornais de então.

A eclosão da primeira grande guerra e a conseqüente entrada do Brasil no conflito provocam um grande debate nos principais jornais e na imprensa proletária. Literatos e operários uniam-se contra a guerra e a favor dos movimentos socialista e da Revolução Russa, enquanto a grande imprensa era a voz do governo contra as greves e a favor da repressão.

"Em julho de 1917, eclodia em S. Paulo a grande greve que abalou a cidade. Foi preciso que surgisse, no dia 14, o 'Apêlo dos Jornalistas' ao Comitê de Defesa Proletária, constituído naquela emergência pelos grevistas para que representantes dos operários se reunissem com os dos patrões e os do governo, para negociações; a reunião ocorreu na redação do Estado de São Paulo." (Werneck Sodré, 1966: 362)

O período de pós-guerra caracteriza-se pela consolidação da grande imprensa organizada em moldes capitalis-

tas, a exemplo do Estado de São Paulo e do Jornal do Brasil no Rio de Janeiro. Enquanto nestes dois estados assistia-se a uma modernização crescente nas técnicas e equipamentos gráficos, nos outros estados e, especialmente, nas pequenas cidades, a imprensa encontrava-se ainda na fase artesanal. Apesar desta diferenciação, todos os jornais refletiam os grandes debates políticos da época, se posicionando contra ou a favor do governo.

Ao mesmo tempo em que a grande imprensa entra numa fase industrial passa por um momento difícil, decorrente das crises sócio-políticas que antecedem a Revolução de 30.

"Se, com o após-guerra, profundas alterações se denunciam na vida brasileira, tais alterações, para a imprensa, acentuam rapidamente o acabamento da sua fase industrial relegando ao esquecimento a fase artesanal (...) Continuam a aparecer revistas de vida efêmera, literárias ou humorísticas, e jornais de circunstância, particularmente para atender injunções originadas da luta política, cada vez mais acirrada, mas são fatos pouco numerosos e acidentais." (Werneck Sodré, 1966: 409)

Apesar da imprensa continuar a transformar-se dentro de uma estrutura empresarial, mantendo, inclusive, relações com agências internacionais, defrontava-se com os problemas da censura do Estado Novo e a perseguição política de muitos jornalistas. Diversos jornais da época foram invadidos e proibidos de circular. Era necessário liquidar a imprensa que apoiava a situação anterior. Portanto, os jornais ou se submetiam à ditadura de Vargas ou desapareciam.

"A ditadura criou órgão específico, o Departamento de Imprensa e Propaganda (...) o famigerado DIP controlava a imprensa e o rádio e baixava listas de assuntos proibidos." (Werneck Sodré, 1966: 439)

A eclosão da segunda grande guerra mundial e a conseqüente entrada do Brasil no conflito ao lado dos Aliados ocasionaram mudanças no Brasil, iniciando-se a deterioração do Estado Novo. A imprensa brasileira progressivamente consegue ampliar seus espaços de manifestação, colocando-se contra o nazi-facismo e ressurgindo e voltando a se interessar pelos assuntos relacionados aos problemas nacionais. Com um acentuado desenvolvimento do rádio e da televisão e com o surgimento de grandes empresas associadas abria-se um novo horizonte para a imprensa.

"... a tendência às grandes corporações, de que os Diários Associados constituem o primeiro exemplo, agravar-se-ia, com a constituição de corporações complexas, reunindo jornais e revistas, emissoras de rádio e de televisão...". (Werneck Sodré, 1966: 446,447)

Definitivamente, a década de 50 marca a consolidação do poder das grandes empresas que lidam com o jornal, a revista, o rádio, a televisão.

"A época é das grandes corporações que manipulam a opinião, conduzem as preferências, mobilizam os sentimentos, (...) No Brasil, por isso, desapareceu a pequena imprensa; só a grande existe. Não há novos jornais; o que há, e raramente, é a compra dos já existentes; o que acontece na normalidade dos casos nem é a compra do jornal, mas a da sua opinião." (Werneck Sodré, 1966: 447)

Há uma associação entre o capital nacional e o estrangeiro, com vultosos investimentos das agências internacionais de propaganda. Na realidade, a luta da imprensa nacional, agora, voltava-se para a exclusão do poder governamental e contra a interferência do poder público. Afinal, o Estado antes cumprindo papel importante para o desenvolvimento da imprensa passa a constituir-se obstáculo para sua transformação em empresa de grandes proporções e que demanda grandes investimentos.

O jornal *Paraná-Norte*, primeira publicação periódica editada em Londrina, fez circular seu primeiro exemplar em 09/10/1934, por iniciativa de Humberto Puiggiari Coutinho. Sua periodicidade era, até agosto de 1944, semanal (tornando-se irregular até o final — 1953) e tinha uma tiragem de 500 exemplares.

Enquanto, na década de 30, a grande imprensa nacional entra numa fase industrial, passando por um momento de crise decorrentes da Revolução de 30, o *Paraná-Norte* nasce artesanalmente, no interior do estado do Paraná, ocupando-se em noticiar a organização do município de Londrina, cuja emancipação se deu em dezembro de 1934. O momento de sua criação e sua condição artesanal parecem revelar seu caráter de pequeno periódico envolvido nas lutas políticas locais.

"Representou importante meio de comunicação da cidade e de divulgação(...) da fertilidade e das vantagens das terras roxas do Norte do Paraná, com anúncios do empreendimento da 'Companhia de Terras Norte do Paraná'. A última página da maioria dos exemplares estampava a propaganda desta empresa no intuito de atrair compradores de terras para a região.

Através do 'Paraná Norte' é possível perceber o início da colonização de Londrina e as transformações ocorridas no período em que ele circulou. Traz peculiaridades tais, como editais de casamentos, de aniversários, de leilões, primeiras salas de cinema, primeiros compradores de terras de Londrina, inauguração da energia elétrica etc., retratando a vida social, política e econômica do período, com matérias de âmbito local, nacional e internacional." (Catálogo da Coleção do Jornal "Paraná Norte", 1997)

O *Paraná-Norte* foi um importante veículo das notícias acerca do processo de ordenamento do município. No âmbito da política, divulgou a organização e instalação do município, fez campanha de alistamento eleitoral e declarou apoio às autoridades constituídas quando estivessem de acordo com a lei. No tocante à urbanização do povoado e insta-

lação dos serviços públicos indispensáveis, noticiou a inauguração da energia elétrica em Londrina, da telefonia e acolheu as denúncias e reclamações dos moradores quanto à precariedade das ruas da cidade. Deu cobertura aos debates de instalação da Comarca em Londrina desde as primeiras tentativas até sua concretização. (Cesário, 1986)

Podemos dizer, a partir destas descrições, que o jornal se ocupava em noticiar o ordenamento da cidade. Nosso trabalho é, no entanto, indagar sobre a presença de sua contrapartida — a desordem, a transgressão. Interessa-nos investigar como esta contraparte se faz presente — pois se ela não está, certamente, há algo no lugar dela. Assim, para identificarmos as transgressões ocorridas no período (1934/1953), utilizaremos como referência os Autos do Fórum da Comarca de Londrina (1934/1970).

Estes Autos são documentação produzida por um órgão repressor central, encarregado de defender as normas estabelecidas pela Constituição e normatizadas pelo Código Penal. Assim, dão a idéia equivocada de ser uma documentação notadamente criminal. Embora grande parte diga respeito ao crime em sua escala gradativa, da não intencionalidade à intencionalidade, referem-se, no geral, à vida das pessoas.

O fato de serem produzidos espontaneamente no desempenho das funções de um órgão ou uma instituição, i.é., sem a preocupação com a posteridade, confere a esses documentos o caráter de imparcialidade/objetividade no que diz respeito aos motivos pelos quais eles são usados hoje. Isso não quer dizer que as pessoas envolvidas na sua produção sejam despidas de parcialidade, mas que as razões e as circunstâncias pelas quais são produzidos, retiram-lhes o caráter de posteridade.

A produção espontânea do documento, um processo-crime por exemplo, é constituída por duas ações distintas — o rompimento de uma norma legal e a abertura do processo pelo aparelho repressor — com o objetivo de acompanhar a denúncia, restabelecer os atos e os fatos que envolvem as pessoas, para se chegar a um termo — punição, gradação da pena ou absolvição.

Muitos dos comportamentos caracterizados como crime, nada mais são que a expressão do desejo ou a intensidade de uma agressividade contida, que devem ser buscados no contexto histórico que as produziram.

Na verdade, apesar de constituírem uma documentação *exígua, dispersa e renitente*, os autos permitem resgatar as representações de um cotidiano saturado de hostilidades e violência e identificar o espaço entre o formal e o real — entrecruzando-se com a história do processo de urbanização e ordenação de uma cidade como Londrina, por exemplo.

A partir dos diferentes delitos ou transgressões os conflitos tornam-se públicos e, através deles, é possível perceber, de um lado, diferentes propostas de vida — a indisciplina com relação a certos preceitos ou normas — e, de outro, as normas a serem impostas. Esse aspecto dos autos é de fundamental importância à pesquisa, pois desvenda um universo nem sempre perceptível ao pesquisador — as reações às normas sociais vigentes, como também as formas de solidariedade estabelecidas entre os grupos.

Neste trabalho pretendemos analisar como o *Paraná-Norte* veiculou (ou silenciou, uma vez que o silêncio tem

formas) as transgressões ocorridas na Comarca de Londrina durante o período em que o jornal existiu. Para tanto, tomamos como ponto de partida — e de contínua referência — os Autos do Fórum da Comarca de Londrina, pois lá estão registradas, se não a totalidade, boa parte das transgressões ocorridas no referido período.

Os acontecimentos, opiniões e idéias veiculados pelo *Paraná-Norte* constituem fontes importantes para a reconstrução das origens históricas do município de Londrina, sua fundação, organização e desenvolvimento inicial. Permitem a análise de um processo discursivo acerca da memória de Londrina e do norte do Paraná. Contudo, dado que este trabalho deve ser concluído no prazo de dois anos, optamos por efetuar um recorte em nosso objeto de análise, voltando nossa atenção, como já dissemos anteriormente, para as formas de veiculação (e de silêncio) das transgressões. Entendemos que uma análise desta natureza nos permitirá a compreensão do funcionamento deste texto/discurso dada a institucionalização da linguagem (existência de um processo de legitimação histórica), bem como a identificação de seus produtos (tipos) que se estabelecem como modelos que por sua vez entram nas condições de produção e determinam aquilo que pode vir a constituir um novo tipo ou a reproduzir uma forma já estabelecida.

“A análise do discurso jornalístico se faz importante e necessária já que este, enquanto prática social, funciona em várias dimensões temporais simultaneamente: capta, transforma e divulga acontecimentos, opiniões e idéias da atualidade — ou seja, lê o presente — ao mesmo tempo em que organiza um futuro — as possíveis conseqüências desses fatos do presente — e, assim, legitima, enquanto passado — memória — a leitura desses mesmos fatos do presente no futuro. (...) No nosso entender, o discurso jornalístico toma parte no processo histórico de seleção dos acontecimentos que serão recordados no futuro. E mais ainda: uma vez que ao selecionar está engendrando e fixando sentido para esses acontecimentos, a imprensa acaba por constituir no discurso um modo (possível) de recordação do passado.

Analisar o discurso jornalístico é considerá-lo do ponto de vista do funcionamento imaginário de uma época: o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente veicula as vozes constitutivas daquele imaginário. Em suma, o discurso jornalístico (assim como qualquer outra prática discursiva) integra uma sociedade, sua história. Mas ele também é história, ou melhor, ele está entranhado de historicidade.” (Mariani, 1993: 32,33)

Entendemos que a análise do processo discursivo do jornal *Paraná-Norte* permitirá a compreensão de como o jornal ao selecionar acontecimentos fixando sentido aos mesmos com vistas à informação produziu um discurso que tanto articula os acontecimentos da história local à história (Martins, 1992) marcando as diferenças e as transformações como se a referência fosse “um oceano onde afluem todas

as histórias parciais” (Halbwachs: 1950), quanto narrativas das experiências vividas pelos e nos grupos. Esta organização do cotidiano pode ter legitimado em épocas posteriores e ainda no presente, recordações nas quais as analogias e semelhanças ocupam o primeiro plano já que se trata do passado “*que está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém (...) não ultrapassa os limites do grupo.*” (Halbwachs: 1950)

Estamos considerando que o processo discursivo do Paraná - Norte pode oferecer de um lado sentidos para a história de Londrina relacionados ao tempo de longa duração e, de outro, uma referência de sentidos para a memória coletiva já que nesta cidade, hoje um município com 65 anos, encontramos vários pioneiros ainda vivos e os seus descendentes de primeira geração.

“Tal é o ponto de vista da história, porque ela examina os grupos de fora e porque ela abrange uma duração bastante longa. A memória coletiva, ao contrário, é o grupo visto de dentro, e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana, que lhe é, freqüentemente bem inferior. Ela apresenta ao grupo uma quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ela se reconhece sempre dentro dessas imagens sucessivas. A memória coletiva é um quadro de analogias, e é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo e o que mudou foram as relações, ou contatos do grupo com os grupos.” (Halbwachs: 1950)

Poucas cidades “novas” do interior do Brasil revelam interesse tão expressivo por sua memória quanto Londrina. A Universidade Estadual de Londrina (UEL) mantém sob sua guarda e preservação acervos documentais e iconográficos em dois núcleos especializados: o Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss e o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica. O Inventário e Proteção do Acervo Cultural de Londrina (IPAC/Lda), programa de extensão universitária também da UEL vem editando os Cadernos do Patrimônio, resultado de pesquisas sobre a memória coletiva do Norte do Paraná. Várias são as dissertações e teses, algumas já publicadas como livros, sobre a história e a memória do município e região. Nesses esforços de reconstrução da história e de reconstituição da memória envolvem-se pesquisadores e técnicos interessados nesses processos mas também os “memorialistas”, isto é, os que são estimulados por aqueles a lembrar, portanto, indivíduos que referem suas reminiscências a grupos, lugares, edificações, fotos, documentos, instituições, jornais... Essas relações fazem parte de um trabalho que não é individual mas social.

“(...) as relações a serem determinadas já não ficarão adstritas ao mundo da pessoa (relações entre o corpo e o espírito por exemplo) mas perseguirão a realidade interpessoal das instituições sociais (...) Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e idéias

de hoje as experiências do passado. A memória não é sonho é trabalho.” (Bosi, 1987: 17)

O *Paraná-Norte* enquanto um “periódico de vida efêmera” nos interessa como revelador de uma prática social produtora de sentidos num período importante do passado londrinense (1934-1953), uma coleção hoje disponibilizada à consulta pública, um texto jornalístico para o qual tanto se voltam os olhares dos que lembram quanto dos que interpretam as lembranças, a produção e a reconstituição da memória.

Desta forma, levando-se em conta o caráter de incompletude da linguagem, temos que o gesto interpretativo não é único, que a origem ou resultado deste gesto não é, em momento algum, o próprio texto, e sim o discurso. Para a AD, a interpretação restitui à linguagem a opacidade dos sentidos, cabendo ao analista o “exercício” da desautomatização. Mais que tornar estranho o familiar, cabe ao analista desfazer as evidências, recusar a transparência da linguagem e não permitir que o desejo da “verdade” intervenha, mas sim o inconsciente e a ideologia, uma vez que esta é provocadora do efeito de singularidade. Sobre esta determinação ideológica da interpretação temos que:

“... pela noção discursiva de arquivo podemos apreender o gesto que, na história, separa, divide o direito à interpretação e trabalha os modos de gerenciá-la. (...) Para que a língua faça sentido é preciso que a história intervenha. E com ela o equívoco, a ambigüidade, a opacidade, a espessura do material do significante. Daí a necessidade de administrá-la, de regular suas possibilidades, as suas condições. A interpretação, portanto, não é mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido. Também não é livre de determinações. Ela não pode ser qualquer uma e não é igualmente distribuída na formação social. O que garante é a memória sob dois aspectos: a) a memória institucionalizada, ou seja, o arquivo, o trabalho social da interpretação em que se distingue quem tem e quem não tem direito a ela; e b) a memória constitutiva, ou seja, o interdiscurso, o trabalho histórico da constituição da interpretação (o dizível, o repetível, o saber discursivo).

A interpretação se faz, assim, entre a memória institucional (arquivo) e os efeitos da memória (interdiscurso). Se no âmbito da primeira a repetição congela, no da segunda a repetição é a possibilidade mesma do sentido vir a ser outro, em que a presença e ausência se trabalham, paráfrase e polissemia se delimitam no movimento da contradição entre o mesmo e o diferente. O dizer só faz sentido se a formulação se inscrever na ordem do repetível, no domínio do interdiscurso.” (Orlandi, 1996b: 68, 69)

“O gesto de interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível.” (Orlandi, 1996)

A interpretação é o “elo perdido”, porém necessário, entre o ser simbólico e o ser histórico. Enquanto os fatos demandam sentidos, o homem tem como “castigo” o exercício da significação. Esta relação dá vida ao gesto de interpretação.

Contudo, tais movimentos interpretativos não se dão de qualquer maneira. Alguns gestos de leitura constroem o arquivo (discurso textual, campo dos documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão), permitem o acesso aos documentos e norteiam o modo de lê-los “espontaneamente”.

Todo dizer está ligado a uma memória. Todo aquele que fala lança mão de um arquivo, dos discursos disponíveis: tem seu discurso textual.

“Os aparelhos do poder gerem a memória coletiva.” (Orlandi, 1996 a:96) Estes mesmos aparelhos dizem quem pode e quem não pode ler, falar e escrever. Separa intérpretes e autores daqueles que repetem gestos “que impõem aos sujeitos seu apagamento atrás da instituição.” (Orlandi, 1996 a:96) Assim, podemos dizer que os sentidos são administrados e não soltos, livres.

“... o modo de circulação das interpretações também tem sua forma específica. A mídia é um grande evento discursivo do modo de circulação da linguagem. Enquanto tal, ela é um acontecimento de linguagem que impõe sua forma de gerenciamento dos gestos de interpretação, sempre na distinção do que se deve apreender como sentido unívoco (literal) e o que admite plurivocidade interpretativa. Com a mídia há uma reorganização do trabalho intelectual e uma nova divisão do trabalho de leitura.” (Orlandi, 1996a: 96)

O trabalho de leitura supõe uma concepção de língua na qual esta não tem sua materialidade reconhecida; uma concepção de língua clara e distinta, passível de domesticação. Tal concepção deixa para o lado de fora o que, do ponto de vista da Análise do Discurso, é o mais importante: a falha, o deslize, a ambigüidade. Assim,

“Contrariando a arrogância dos literatos (que se protegem em seu arquivo particular) e a mordaz modestia dos cientistas de arquivo (que não se perguntam quem os utiliza), a análise do discurso se coloca no espaço polêmico das maneiras de ler, criticando o que sustenta o divórcio entre a ‘cultura’ científica e a literária.” (Orlandi, 1996 a: 97)

Desta forma, reconhecer a materialidade da língua é reconhecer que os fatos reclamam interpretação e que a língua, na medida em que é constituída pelo deslize, pela falha, pela ambigüidade, cria o espaço da interpretação. Apesar das tentativas, os sentidos não são passíveis de regulamentação.

Assim como as palavras, o silêncio também é língua e, assim como esta, possui condições de produção que, por sua diversidade, tornam o silêncio tão ambíguo quanto as palavras.

“O silêncio imposto pelo opressor é exclusão, é forma de dominação, enquanto o silêncio proposto pelo oprimido pode ser uma forma de resistência.” (Orlandi, 1996b: 263).

O silêncio também se faz presente na fala, i.é., a fala também é silenciadora. Este não-dizer pode ter a natureza do implícito; na psicanálise, o conceito de inconsciente; na retórica, a argumentação; na análise do discurso, a ideologia.

“A fala pode ser silenciadora quanto ao que se diz. Em certas condições se fala para não se dizer certas coisas, para não se permitir que se digam coisas que causam transformações limites (...) Nesse sentido, a fala é silenciadora enquanto domínio do mesmo.” (Orlandi, 1996b, 264)

Podemos dizer, então, que a fala, a fala silenciadora e o silêncio são constitutivos do discurso. E mais, que qualquer análise deverá tê-los em conta, bem como suas condições de produção. Assim, um estudo sobre memória, como o que pretendemos desenvolver, também deverá fazê-lo.

A memória histórica, cujo papel é fixar um sentido sobre os outros possíveis, é organizar, conferindo linearidade e coerência entre passado/presente/futuro, também pode silenciar (temporariamente) sentidos, pois, de acordo com Pêcheux (1983) a memória *“c’est nécessairement un espace mobile de divisions, de disjunctions, de décalages et de reprises, de conflits de regularisations... Un espace de dedoublements, répliques, polémiques et contre-discours.”* (apud Mariani, 1993: 41)

Assim, um estudo sobre memória, e sobre como a história (enquanto memória), se inscreve no discurso revela-se importante espaço de discussão a respeito das formas pelas quais os processos discursivos atuam na perpetuação de determinados sentidos sobre outros, como tornam homogênea a memória de uma época.

“Entre o espontaneísmo das ‘lembranças’ — ilusão de não determinação histórica dos ‘acontecimentos’ — e o curso petrificado da memória estabelecido por essas falas eternalizadas, a Análise do Discurso (AD) — que se propõe uma relação conflituosa com os sentidos — procura desatar os sentidos contidos.” (Orlandi, 1990: 22)

Numa perspectiva discursiva, a organização do texto não é questão. O que nos interessa é *o que o texto organiza, sua materialidade*. Para a análise do discurso, *“o texto é lugar do jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade.”* (Orlandi, 1996: 61)

Assim, nosso objetivo não é entender o texto (Paraná-Norte) como o objeto final a ser explicado, mas sim como unidade que nos permitirá acesso ao discurso do qual ele é materialidade. É nossa tarefa compreender como o texto produz sentidos (e cristaliza-os), o que implica a compreensão dos sentidos nele contidos e a maneira pela qual estes devem ser lidos.

Nosso trabalho, após a análise, não é falar do texto (Paraná-Norte), mas sim do discurso. Pois, uma vez analisado, o texto particular desaparece como referência específica dando lugar à compreensão de todo o processo discursivo do qual ele (e outros que nem conhecemos) é parte.

Desta forma, podemos afirmar que, assim como não há relação termo-a-termo entre linguagem e mundo, não há relação termo-a-termo entre o texto que se constitui material de análise e os resultados desta.

“A mediação da própria análise, da teoria e dos objetivos do analista são parte da própria construção do texto como unidade de análise. Isto também é parte da historicidade. É nesse sentido que dizemos que o corpus não é nunca inaugural em AD. Ele já é uma construção (fato).” (Orlandi, 1996b: 62)

O objetivo central de nosso trabalho é analisar como as transgressões ocorridas na comarca de Londrina (1934/53) foram noticiadas (ou silenciadas) pelo jornal Paraná-Norte. Tal investigação nos permitirá a compreensão dos processos de construção deste discurso — jornalístico — que atuaram na cristalização de determinados sentidos (na memória coletiva) em detrimento de outros; como os processos discursivos que se materializaram no Paraná-Norte homogeneizaram a memória de uma época.

“Analisar o discurso jornalístico é considerá-lo do ponto de vista do funcionamento imaginário de uma época: o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente, veicula as várias vozes constitutivas daquele imaginário. Em suma, o discurso jornalístico (assim como qualquer outra prática discursiva) integra uma sociedade, sua história. Mas ele também é história, ou melhor, ele está entranhado de historicidade.” (Mariani, 1993: 33)

Assim, mais que objetivos específicos, o que temos são questões a serem respondidas... Quais as transgressões noticiadas pelo Paraná Norte? Como estas transgressões são silenciadas, quando o são? Que sentidos o Paraná Norte cris-

talizou e quais os possíveis que foram silenciados? Como o jornal teceu, engendrou a memória de sua época?

Todas estas questões, e muitas outras que certamente emergirão no decorrer do trabalho, apontam para a complexidade de se tomar, como objeto de análise, o discurso jornalístico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como?

Como já dito anteriormente, a Análise do Discurso trabalha no entremeio, mostrando que não há separação entre a linguagem e sua exterioridade. Desta forma dá a ver que o recorte estabelecido pelas disciplinas que crêem esta separação necessária é um recorte que desconhece o discurso. A AD, trabalhando com a noção de discurso, toma como ponto de partida a materialidade (lingüística ou histórica) e assume a não-existência de separação entre linguagem e sociedade na história.

Assim, dizer que a análise do discurso é interdisciplinar é negar que esta represente uma forma de conhecimento específico, com objeto específico. *“Colocar a AD na confluência de dois objetos seria não reconhecer o que lhe é próprio e desconhecer, com isso, o sentido da dispersão disciplinar significada aí. (...) A AD se interessa pela linguagem tomada como prática: mediação, trabalho simbólico, e não instrumento de comunicação. É a ação que transforma, que constitui identidades. Ao falar, ao significar, eu me significo.”* (Orlandi, 1996b, 28).

Segundo a AD não há relação termo-a-termo entre as palavras e as coisas. São ordens diferentes, incompatíveis em sua natureza. Contudo, é através da noção de prática, de mediação que se assume a incompletude da linguagem, a falha, o equívoco; e é este o lugar. É por aí...

Se pensarmos a língua como absolutamente autônoma, do ponto de vista do sistema, temos que seu funcionamento somente permite compreender o formal, as regularidades que comandam, de maneira formal, o funcionamento da linguagem. Contudo, para que se possa compreender o discurso, explicitando suas regularidades, é preciso ter em conta a exterioridade (compreensão da historicidade do discurso), uma vez que o repetível, o regular, do discurso não é formal, é histórico.

Já com relação ao social, não são os traços empíricos (classe social, idade, sexo, profissão), mas sim as formações imaginárias, constituídas a partir das relações sociais, que funcionam no discurso. *“Há em toda língua mecanismos de projeção para que se constitua essa relação entre a situação — sociologicamente descritível — e a posição dos sujeitos, discursivamente significativa.”* (Orlandi, 1996b: 30)

Com relação ao ideológico, é neste lugar que se pode compreender melhor a diferença entre a análise do discurso e a análise de conteúdo (método clássico de análise da linguagem, que trata dos conteúdos da linguagem, dos conteú-

dos da ideologia). Em AD, trabalha-se com os processos da linguagem e da ideologia, e não com seus conteúdos.

Trabalhando, então, neste lugar de convergência da ordem da língua e da ordem da história, a análise do discurso trabalha com a heterogeneidade, com um objeto heterogêneo — o discurso (entendido, aqui, como a dispersão de diversos textos).

Assim, para se trabalhar com um objeto dessa natureza *“São vários os procedimentos de análise — como relação de paráfrases, observação dos diferentes enunciados, etc. — mas, qualquer que seja o procedimento, o ponto de partida é sempre o mesmo na relação unidade e dispersão: o postulado de que o sentido sempre pode ser outro e o sujeito (com suas intenções e objetivos) não tem o controle daquilo que está dizendo.”* (Orlandi, 1996b: 60)

Daí que o método, o procedimento, a técnica de qualquer trabalho que se inscreva neste universo é remeter o texto ao discurso; esclarecer as relações deste (o texto) com sua condições de produção e desta com a ideologia.

CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS

Os fins...

“Na perspectiva do discurso, texto é lugar de jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade.” (Orlandi, 1996)

Para a análise do discurso, a natureza simbólica do texto é sua principal qualidade. É sua tarefa compreender como este produz sentidos e como estes devem ser lidos. Esta ambigüidade evidencia que o analista do discurso não toma (e não pode) o texto como ponto de partida absoluto, tampouco como ponto de chegada. O texto é parte de um processo discursivo muito mais abrangente.

“Feita a análise, não é sobre o texto que falará o analista, mas sobre o discurso. Uma vez atingido o processo discursivo que é o que faz o texto significar, o texto ou os textos particulares analisados desaparecem como referências específicas para dar lugar à compreensão de todo um processo discursivo do qual eles — e os outros que nem mesmo conhecemos — são parte. Sem esquecer que todo dizer, discursivamente, é um deslocamento nas redes de filiações (históricas) de sentidos.” (Pêcheux, 1983 apud Orlandi, 1996b: 61)

Assim, os textos não são os únicos responsáveis pelos processos de significação, tampouco, relacionam-se, unicamente, aos processos que constituem o objeto de análise. A própria análise, tanto da teoria quanto dos objetivos do analista constróem o texto como unidade de análise. Nesse sentido podemos dizer que não há, em AD, corpus inaugural; ele é sempre uma construção, um fato.

"Essa talvez seja a melhor maneira de argumentar contra as posições positivistas. Não pela referência à ilusão da evidência das marcas, mas pela lembrança de que esses objetos que são nossos materiais de análise só o são em sua provisoriidade. A duração dos textos é trabalho do arquivo." (Orlandi, 1996b: 62)

Com isto, queremos dizer que os resultados esperados são realmente esperados. O que nosso trabalho, (tentativa de desvendamento dos processos discursivos que cristalizaram a memória de uma época) virá a ser, na medida em que não temos controle sobre o dito, somente os processos discursivos ora em voga, e suas respectivas condições de produção, poderão dizer.

BIBLIOGRAFIA

- ADUM, Sônia M. S. Lopes. *Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina, 1930/1960*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, UNESP/Assis, 1991.
- ALMEIDA, Ana Maria C. de. *A morada do vale: sociabilidade e representações: um estudo sobre as famílias pioneiras do Heimtal*. Londrina: Ed. da UEL, 1997.
- ARANTES, Antônio A. (org.) *Produzindo o passado*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado: representações da política em Londrina, 1930, 1975*. Londrina: Ed. da UEL, 1998.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivo permanente: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- BENATTI, Antonio Paulo. *O Centro e as margens: prostitutas e vida boêmia em Londrina (1930-1960)*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, UFPR. Curitiba, 1996.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- BRANDÃO, H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- CASTRO, Rosimeire A. A. *O cotidiano e a cidade: práticas, papéis e representações femininas em Londrina. (1930-1960)*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, UFPR. Curitiba, 1994.
- CATÁLOGO DA COLEÇÃO DO JORNAL "PARANÁ-NORTE". Centro de Documentação e Pesquisa Histórica. Londrina: Editora da UEL, 1997.
- CATÁLOGO DE PERIÓDICOS DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HISTÓRICA - 1997. Londrina: Editora da UEL, 1997.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, bar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CESÁRIO, Ana Cleide C. *Poder e partidos políticos em uma cidade média brasileira: um estudo de poder local. Londrina 1934-1979*. Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais, USP, 1986.
- _____. Norte Novo: a expansão da fronteira e seu conteúdo simbólico. In: PAZ, Francisco (org.) *Cenários de economia política: Paraná*. Curitiba: Prephácio, 1991.
- _____. et all. *Imagens da cidade: memória coletiva em Londrina*. *Revista Mediações*. UEL. vol. 1, n. 2 (jul./dez.), 1996, pp. 57-64.
- CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CUNHA, Maria Clementina P. (org.) *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania/DPH*. São Paulo: DPH, 1992.
- FAUSTO, Bóris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FILHO, Marinósio. *Crimes que abalaram Londrina*. Londrina: Artgraf, 1973.
- _____. *Dos porões da delegacia de polícia*. Londrina: Canadá, 1979.
- FOULCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- _____. *Vigiar e punir: história da violência e das prisões*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- GADET, F. & HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michael Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- GINSBURG, Carlo. *Mitos, emblemas sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- GUARINELLO, Luiz N. *Memória coletiva e história científica*. *Revista Brasileira de História*, vol.15, vol. 28, pp 180-193. São Paulo: ANPUH, 1995.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HOFF, Sandino. *A ocupação do norte*. In PAZ, Francisco (org.) *Cenários de economia e política: Paraná*. Curitiba: Prephácio, 1991.
- LE GOFF, J. & NORA, Pierre. (org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- _____. *Memória. Documento/monumento. História. In Memória-História*. Portugal: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984. (Enciclopédia Einaudi, vol.1)
- LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Papyrus, 1986.
- LIMA, Enezila de, *Inventário dos Autos do Fórum da Comarca de Londrina - 1934-1970*. Artigo apresentado ao Departamento de História (UEL), (exigência parcial para o Concurso de Professor Associado). Londrina; UEL, 1998.
- MAIA, Deise. *Abaixo da linha: Casoni, uma vila da cidade de Londrina*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia, USP. São Paulo, 1993.

- MARTINS, José de Souza. *Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo. São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo, Hucitec, 1992.
- MELLO E SOUZA, Laura de. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira do sec. XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- NICHOLLS, Willian H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-1965. *Revista Brasileira de Desenvolvimento*, n. 26, pp. 21-53. Curitiba, set/out./1971.
- OLIVEIRA, Lúcia Lipp et all. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- ORLANDI, Eni P. (org.) *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.
- _____. *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- _____. *Discurso & Leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1996a (3ª. Ed.)
- _____. *A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1996.
- _____. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, Vozes, 1996b.
- PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Secretaria da Cultura do Estado, 1981.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- STOLK, Verena. *Cafecultura: homens, mulheres e capital (1950-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- WACHOWICZ, Ruy C. *Norte Velho, Norte Pioneiro*. Curitiba: Vicentina, 1987.
- WERNECK SODRÉ, Nelson. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.